O SUJEITO INVISÍVEL: PARA ALÉM DE UM CURRÍCULO INCLUSIVO

Augusta Maria Fontes Veloso[1]

Os estudos sobre currículo e sua conceituação são importantes para que saibamos defini-lo e para conhecer quais as Teorias que os sustentam na educação. Nesta perspectiva, este estudo bibliográfico tem como objetivo central discutir sobre a questão da inclusão e construção de um currículo adequado às necessidades das pessoas com deficiência.

Distantes da concepção do senso comum, que reduz currículo a um conjunto de informações organizadas categoricamente para um determinado fim, seja ele educacional ou profissional, Moreira; Silva (1994, p.7) rebatem e afirmam que "o currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos". Ainda esses autores consideram o currículo como um processo constituído por um encontro cultural e de saberes, um artefato social e cultural, que está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas e produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 1994, p.8)

Podemos considerar que os diversos questionamentos sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos, sobre os procedimentos e sobre as relações sociais que confirmam um cenário em que os conhecimentos se constroem sobre as modificações que desejamos alcançar, sobre os valores que desejamos imprimir nas pessoas e sobre as identidades que pretendemos construir. Debates sobre conhecimento, cultura, poder e identidade se imbricam e se implicam nas questões curriculares.

Desse modo, faz-se necessário compreender o que as teorias do

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação-PPGE-UESC – Bahia – Brasil. E-mail: amfveloso@uesc.br.

currículo produzem nas propostas curriculares e como interferem em nossa prática educativa. Uma teoria define-se pelos conceitos que utiliza para conceber a realidade. Os conceitos de uma teoria dirigem nossa atenção para certas coisas que sem elas não veríamos. Os conceitos de uma teoria organizam e estruturam nossa forma de ver a realidade (SILVA, 2005, p.17). Ainda para Silva (2005, p.17), as teorias do currículo se caracterizam pelos conceitos que discorrem. São elas: Teorias Tradicionais, que discutem o ensino, a aprendizagem, a avaliação, a metodologia, a didática, a organização, o planejamento, a eficiência e os objetivos; Teorias Críticas, que discutem a ideologia, a reprodução cultural e social, o poder, a classe social, o capitalismo, as relações sociais de produção, a conscientização, a emancipação, o currículo oculto e a resistência; Teorias Pós-Críticas, que problematizam a identidade, a alteridade, a diferença, a subjetividade, a significação e o discurso, o saber e o poder, a representação, a cultura, o gênero, a raça, a etnia, a sexualidade e o multiculturalismo.

As teorias tradicionais se consideram neutras, científicas e desinteressadas, as críticas argumentam que não existem teorias neutras, científicas e desinteressadas e que toda e qualquer teoria está implicada em relações de poder. As pós-críticas vem sinalizando que os currículos existentes abordam poucas questões que as representam. Posto assim, atualmente, as propostas de reformulações curriculares promovem discussões entre posições diferentes. Há os que defendem os currículos por competências, os científicos, os que enfatizam a cultura, a diversidade, os mais críticos à ciência moderna, enfim, teorias tradicionais, críticas e pós-críticas disputam esse espaço cheio de conflitos. Como afirma Silva (2005, p.148), o Currículo é um território político contestado.

Nesse emaranhado de reflexões, discussões, elaborações e posicionamentos teóricos, o maior questionamento insiste em permanecer no meio educacional: "qual conhecimento deve ser ensinado? O que deve ser ensinado?". As diferentes teorias recorrem às discussões sobre a natureza da aprendizagem ou a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade,

para tentar responder a essas perguntas. O currículo é sempre o resultado de uma seleção; após decidir quais conhecimentos devem ser selecionados, as teorias do currículo ajudam a confirmar porque "esses conhecimentos" e não "aqueles" devem ser selecionados (SILVA, 2005 p. 15).

Concordamos, portanto, que o conhecimento, não sendo estático, move-se através dos campos cultural, social e econômico, tendo o currículo "... significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram". O currículo é lugar, espaço, território; é relação de poder; é trajetória, viagem, percurso; é autobiografia, nossa vida, Curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade, o currículo é texto, discurso, documento; é documento de identidade! (SILVA, 2005, p. 150).

Com efeito, se o currículo é um instrumento de grande êxito no processo de construção da identidade do estudante, então, como se estabelece o currículo na diversidade que é vista como construção histórica, cultural e social das diferenças?

É fato que as diferenças historicamente construídas estão postas e marcam uma sociedade excludente, capitalista e discriminatória. A provocação está em contar com uma atitude ética para não hierarquizar as diferenças, entendendo que nenhum sujeito humano ou grupo social é melhor do que outro. Todos somos diferentes! Procurar compreender as causas econômicas, políticas e sociais de acontecimentos como: racismo, desigualdade, discriminação, homofobia, dentre outros, implica em romper com a indiferença diante da diversidade e passar a enxergar o Sujeito Invisível. Será preciso considerar a perspectiva da escola inclusiva diante do ajustamento de seu currículo à diversidade, ou seja, para além de um currículo inclusivo. Para Victor; Vieira; Oliveira (2017, p. 109):

> É possível inferir que o texto constitucional, ao reconhecer a educação como direito de todos, estabelece que esse processo se dará em interface com os pressupostos da diversidade/diferença humana, pontuando a necessidade de criação de condições de ensino-aprendizagem mais equânimes para os alunos terem iguais oportunidades de apropriação do conhecimento.

Ainda segundo Victor; Vieira; Oliveira (2017, p. 111), o direito à educação e os currículos da educação básica, em respeito à diversidade, consolida-se no tripé: acesso, permanência e apropriação do conhecimento. O acesso presume a posição de pertencimento, de fazer parte daquele território educativo e criar possibilidades de desenvolver autonomia em relação ao processo de construção do seu conhecimento, mediado pelo professor, tornar-se Sujeito, de fato, visível. No que se refere às condições de permanência, as mesmas dizem respeito não só as condições de acessibilidade, mas envolvem significativamente as redes de sustentação ao ato educativo, as interações entre os pares, a reorganização da instituição escolar e a compreensão acerca da importância de a educação ser assumida como um direito de todos. Apropriar-se do conhecimento significa incorporar um conceito novo, ou original, sobre um fato ou fenômeno qualquer, pois o conhecimento não nasce do vazio, e sim das experiências que acumulamos em nossa vida cotidiana, dos relacionamentos interpessoais que constituímos e de nossa inserção na sociedade e na cultura.

É fundamental que a presença desses alunos público-alvo da Educação Especial se efetivem nos territórios educativos, pois o movimento de universalização do acesso se constitui como o motor que empurra o processo para frente, que torna visíveis esses sujeitos e muitos outros que também se beneficiam desse movimento. "Quando não se aposta na educabilidade desses sujeitos, os currículos escolares vão sendo compostos por conhecimentos simplificados e simplórios que pouco afetam o desenvolvimento humano" (VICTOR; VIEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 114).

Com relação ao último aspecto do tripé, no que diz respeito à apropriação do conhecimento, vale ressaltar que existe uma descrença nas potencialidades dos sujeitos com deficiência frente às exigências do currículo e a dificuldade de definir as adaptações ou adequações necessárias para a inclusão desses sujeitos, quando nos debruçamos sobre as práticas e a formação docente, embora se reconheça um conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas nesse campo de

experiências.

Um ponto muito importante a ser destacado nessa relação entre currículo e educação especial é a utilização dos termos flexibilização, adequação e adaptação curricular no campo educacional. De acordo com Victor; Vieira; Oliveira (2017, p. 116), esses termos carregam uma composição de "currículos simplificados":

> Muitas vezes, a ação pedagógica é direcionada para as "deficiências" e "limitações" dos estudantes, e não para o desenvolvimento dos sujeitos, sejam crianças, adolescentes, jovens ou adultos. Os termos referendam a composição das atividades mais simplórias, não desafiando os educadores a se aliarem a práticas pedagógicas que permitam que os conhecimentos sejam apropriados pelos estudantes, sempre na relação com os saberes específicos que se agregam ao processo e às redes de apoio que precisam ser estabelecidas.

Reconhecemos através de leituras e debates sobre as experiências educativas concretas, que um dos maiores obstáculos para se efetivar a inclusão é a dificuldade do professor, ao receber em salas lotadas, alunos que não se enquadram no padrão imaginário de um aluno dito "normal". E esse aluno "diferente" ainda é desconhecido e se mantém invisível nesse espaço-tempo de atuação. Apple (2008) afirma que "um currículo comum não significa pensar em algo uniforme e homogêneo, ou em algo com que todos convivemos sem nenhuma problematização. Ao contrário, é buscar por um conhecimento enriquecedor e comprometido com a formulação dos conceitos e valores necessários à convivência social e ao desenvolvimento humano". Para além de um currículo inclusivo, em favor de uma inclusão real onde o sujeito seja visto em sua condição histórica, cultural e social, torna-se urgente pensar e repensar sobre os conceitos e as Teorias do currículo, levantando mais discussões e problematizações para ampliar horizontes, especialmente em cursos de formação inicial e continuada, assim como foi possível em nossas aulas de Currículo e formação docente, no Programa do Mestrado Profissional em Educação.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional. *In*: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade** – uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VICTOR, S. L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M. (orgs.). **Educação Especial Inclusiva**: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes-RJ: Brasil Multicultural, 2017.